****

**Publicado no D.O.C. São Paulo, 128, Ano 66 Quinta-feira**

**01 de Julho de 2021**

**GABINETE DO PREFEITO**

**RICARDO NUNES**

**DECRETOS**

**DECRETO Nº 60.352, DE 30 DE JUNHO DE 2021**

Denomina “Centro de Alta Tecnologia

em Diagnóstico e Intervenção Oncológica

Bruno Covas” o centro de diagnóstico e

intervenção em oncologia do Hospital

Municipal Gilson de Cássia Marques de

Carvalho.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica denominado “Centro de Alta Tecnologia em Diagnóstico e Intervenção Oncológica Bruno Covas” o centro de diagnóstico e intervenção em oncologia do Hospital Municipal Gilson de Cássia Marques de Carvalho.

Art. 2º As despesas com a execução deste decreto correrão por conta de dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 30 de

junho de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

EDSON APARECIDO DOS SANTOS, Secretário Municipal da Saúde

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 30 de junho de 2021.

**DECRETO Nº 60.353, DE 30 DE JUNHO DE 2021**

Dispõe sobre a operacionalização da extinção da Autoridade Municipal de Limpeza

Urbana- AMLURB, nos termos do artigo 32

da Lei nº 17.433, de 29 de julho de 2020,

e institui a Comissão Especial de Transição

Institucional de Limpeza Urbana.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

Art. 1º Este decreto dispõe sobre a operacionalização da extinção da Autoridade Municipal de Limpeza UrbanaAMLURB, nos termos do artigo 32 da Lei nº 17.433, de 29 de julho de 2020.

Parágrafo único. A aplicação das normas deste decreto pela

Administração Pública Municipal Direta e Indireta tem como fundamentos os princípios, objetivos e diretrizes da organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo, conforme os artigos 3º e 4º da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002.

Art. 2º As atuais atribuições da Autoridade Municipal de

Limpeza Urbana ficarão assim distribuídas entre a Administração Municipal Direta e Indireta:

I – A Secretaria Municipal das Subprefeituras – SMSUB fica responsável pela fiscalização de posturas municipais, mantidas as competências previstas no art. 23 do Decreto 58.701, de 4

de abril de 2019;

II - As Subprefeituras ficam responsáveis pela fiscalização dos serviços de limpeza urbana, em conjunto com a Secretaria Municipal de Subprefeituras - SMSUB e a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo – SP Regula;

III – À Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo caberá a regulação e fiscalização dos serviços divisíveis de limpeza urbana, bem como daqueles que sejam objeto de contrato geridos pela Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB;

Parágrafo único. A divisão de atribuições prevista neste artigo será avaliada pela Comissão Especial de Transição Institucional de Limpeza Urbana, instituída na forma deste Decreto.

Art. 3º A Autoridade Municipal de Limpeza Urbana será sucedida nos contratos em vigor do seguinte modo:

I - A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo sucederá, por meio de termo aditivo contratual, a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana nos contratos previstos nos Anexos I e II;

II - Os órgãos e entidades relacionados no artigo 2º deste decreto poderão suceder a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana nos demais contratos, conforme avaliação de conveniência e oportunidade a partir dos estudos da Comissão Especial de Transição Institucional de Limpeza Urbana.

Parágrafo único. Até a formalização dos termos de aditamento mencionados, permanecerão válidas as disposições pactuadas, bem como as nomeações de gestores e dos fiscais de contrato, mantida, ainda, a responsabilidade desses sobre os atos que praticarem.

Art. 4º Fica instituída a Comissão Especial de Transição Institucional de Limpeza Urbana, objetivando a implementação das providências de que trata o “caput” do artigo 1º deste decreto., sem prejuízo da continuidade do planejamento, regulação, fiscalização e execução da Política Municipal de Limpeza Urbana no Município de São Paulo,

Art. 5º A Comissão Especial de Transição Institucional de Limpeza Urbana será integrada por um representante titular e um suplente dos seguintes órgãos:

I - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo – SP Regula, que a presidirá;

II - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB;

III - Secretaria de Governo Municipal, por intermédio da

Secretaria Executiva de Gestão;

IV - Secretaria Municipal da Fazenda;

V – Secretaria Municipal das Subprefeituras;

VI – Controladoria Geral do Município.

Parágrafo único. Os representantes, titulares e suplentes, serão indicados pelos dirigentes dos órgãos respectivos e serão designados por portaria editada pelo Secretário Municipal de Governo.

Art. 6º A Comissão Especial de Transição Institucional de

Limpeza Urbana deverá apresentar, nos prazos definidos neste decreto, os estudos necessários à extinção definitiva e à transferência operacional das atividades da AMLURB, de modo a preservar a continuidade do respectivo serviço público.

Parágrafo único. A Comissão poderá requisitar acesso irrestrito a documentos relativos a seu escopo de trabalho, bem como solicitar auxílio de entidades públicas ou privadas voltadas à auditoria e ao controle interno ou externo da Administração Pública Municipal.

Art. 7º A Comissão deverá apresentar, após sua primeira reunião, plano de atividades, o qual deverá atender, ao menos, aos seguintes prazos:

I - em até 40 (quarenta) dias da publicação deste decreto, apresentação de relatório a respeito das atividades relacionadas ao incentivo às Cooperativas de Trabalho, gestão dos resíduos da construção civil e administração de aterros sanitários não incluídos nos contratos de concessão de serviços divisíveis de limpeza urbana;

II - em até 60 (sessenta) dias da publicação deste decreto,

relatório a respeito da situação atual dos contratos relacionados à concessão dos serviços divisíveis de limpeza urbana, assim como daqueles relacionados à contratação de prestação de serviços indivisíveis de limpeza pública e destinação final ambientalmente adequada e devidamente licenciada dos resíduos provenientes destes serviços;

III - em até 90 (noventa) dias da publicação deste decreto, relatório a respeito da situação atual dos sistemas de cadastro e atividades de fiscalização de posturas municipais realizadas pela AMLURB;

IV - em até 120 (cento e vinte) dias, relatório final, contendo avaliação dos aspectos administrativo, contábil, jurídico, entre outros temas relevantes à gestão da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, propondo eventual redefinição da distribuição de atribuições e sucessões contratuais previstas nos artigos 2º e 3º deste Decreto, além das medidas necessárias ao encerramento definitivo da citada autarquia.

§ 1º Para o alcance dos objetivos previstos neste artigo, poderá a Comissão solicitar novas auditorias ou adotar pareceres e trabalhos já realizados por órgãos de controle interno e externo da Administração ou por verificadores independentes.

§ 2º A Comissão Especial de Transição Institucional de Limpeza Urbana terá prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação deste decreto, o qual poderá ser prorrogado por igual período.

§ 3º Os relatórios de que trata este artigo deste decreto deverão subsidiar a elaboração dos termos de aditamento contratual pelos órgãos e entidades a que se refere o artigo 3º, podendo a Administração Pública Municipal realizar, independentemente da finalização dos trabalhos da Comissão de Transição Institucional de Limpeza Urbana, todos os atos necessários à continuidade dos serviços de limpeza urbana.

Art. 8º Permanecem em vigor os regulamentos e atos administrativos da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana a respeito do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São

Paulo até substituição dos mesmos pelos órgãos e entidades que passarem a exercer as respectivas atribuições.

Art. 9º Serão extintos na vacância os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, nos termos do artigo 35 da lei 17.433, de

2020.

Art. 10. Este decreto entrará em vigor na data da sua

publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 30 de junho de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

ALEXANDRE MODONEZI, Secretário Municipal das Subprefeituras

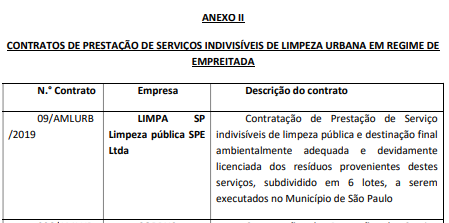
JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

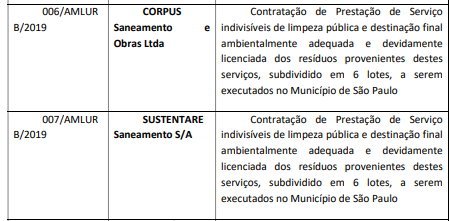
EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo

Municipal

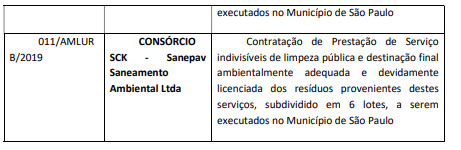
Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 30 de junho de 2021.











**DECRETO Nº 60.354, DE 30 DE JUNHO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de

R$ 75.968.029,00 de acordo com a Lei nº

17.544, de 30 de dezembro de 2020.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes,

D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 75.968.029,00 (setenta e cinco milhões e novecentos e sessenta e oito mil e vinte e nove reais), suplementar à seguinte dotação

do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 30 de junho de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 30 de junho de 2021.

**DECRETO Nº 60.355, DE 30 DE JUNHO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de

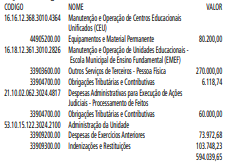
R$ 594.039,65 de acordo com a Lei nº

17.544, de 30 de dezembro de 2020.

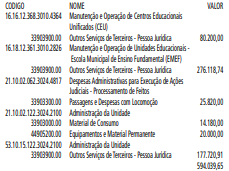
RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal de Educação, da Subprefeitura Ipiranga e da Procuradoria Geral do Município,

D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 594.039,65 (quinhentos e noventa e quatro mil e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 30 de junho de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 30 de junho de 2021.

**SECRETARIAS PAG. 05**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**DESPACHO INTERNO**

**SEI 8110.2021/0000334-5**

INTERESSADO: DEBORA FRANCISLAINE FORTES SOTELO

71011439115.

ASSUNTO: Aquisição de 04 (quatro) unidades de Termômetro digital infravermelho e 14 (quatorze) unidades de Fita zebrada 70mmx200m Marca Ecoconvert, para Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti.

Penalidade. Aplicação.

I – No uso das atribuições legais a mim conferidas, a vista dos elementos contidos no presente, considerando que o prazo para defesa prévia transcorreu “in albis”, bem como na manifestação conclusiva da Assessoria Jurídica (SEI 047165856), a qual adoto como razão de decidir, APLICO a penalidade a empresa DEBORA FRANCISLAINE FORTES SOTELO 71011439115, inscrita no CNPJ/MF sob o nº CNPJ: 39.834.856/0001-06, pela demora na entrega do objeto, conforme determina o item, 3.2 da respectiva Nota de Empenho SEI 044245524, visto o atraso 44(quarenta e quatro) dias na entrega de 04 (quatro) unidades de Termômetro digital infravermelho, 14 (quatorze) unidades de Fita zebrada 70mmx200m Marca Ecoconvert, para Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti, sendo que a multa contratual perfaz o valor de R$ 48,72 (quarenta e oito reais e setenta e dois centavos) referente a Nota Fiscal nº 10 e o valor de R$ 36,62 (trinta e seis reais e sessenta e dois centavos) referente a Nota Fiscal nº 11.

**SECRETARIAS PAG. 24**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**DESPACHOS DA CHEFE DE GABINETE**

Processo: 6076.2020/0000186-4

Interessado: **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico, Trabalho e Turismo** e Secretaria Executiva de Lazer

**Assunto**: Reserva com Transferência de Recursos

I - À vista dos elementos que instruem o presente SEI nº 6076.2020/0000186-4, em especial a Informação de SMDET/ SEOF (doc. 045895830), e-mail em doc. 046810794 e a Nota de Cancelamento nº 7.188/2021 (doc. 045895175), nos termos do Decreto 60.038/2020, com fulcro na Portaria de Delegação nº 001/2021-SMRI, **AUTORIZO** a EMISSÃO de Nota de Reserva com Transferência de Recursos para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, no valor R$ 133.384,50 (cento e trinta e três mil trezentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos), para compreender as despesas com o pagamento de reembolso à VMO Turismo, empresa especializada no setor de turismo para prestação de serviços de atendimento e manutenção das Centrais de Informação Turística - CITs da Cidade de São Paulo e visita monitorada ao Edifício Matarazzo, do Termo de Contrato 012/2020-SMTUR, para a U.O. 30.10, onerando a dotação orçamentária 73.10.23.695.3015.2.

102.33904500.00;

**Do Processo: 6076.2019/0000158-7**

**Interessado: TIKINET EDIÇÃO LTDA**

**Assunto**: Prestação de serviço de tradução.

I - À vista dos elementos que instruem o presente SEI nº 6076.2019/0000158-7, em especial Encaminhamento SEME/SEL (doc. 046734350) e, nos termos dos Decretos nºs 60.038/2020 e 60.178/2021, com fulcro na Portaria de Delegação nº 001/2021- SMRI, **AUTORIZO**:

a) o CANCELAMENTO do saldo remanescente da Nota de Reserva com Transferência nº 14.497/2021 (doc. 039395045), emitida para Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo;

b) a EMISSÃO de Nota de Reserva com Transferência de

Recursos para a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, com o saldo remanescente que fora anulado, para compreender as despesas cujo objeto é cujo objeto é a prestação de serviço de tradução, firmado com a empresa TIKINET EDIÇÃO LTDA, CNPJ 15.267.097/0001-70, do Termo de Contrato 028/2019-SMTUR, onerando a dotação orçamentária, para a U.O. 19.10, onerando a dotação orçamentária 73.10.04.122.3024.2.100.3.3.90.39.00;

**SERVIDORES PAG. 30**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

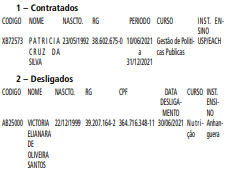
GABINETE DA SECRETÁRIA

**INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS EM PECÚNIA E DEMAIS DIREITOS:**

**DEFIRO** o pagamento de férias do servidor abaixo, nos termos da O.N. 02/94-SMA, com as alterações do Despacho Normativo n° 002/SMG-G/2006 e da ON. N° 003/SMG-G/2008, acrescido de 1/3:

859.495.3/1–**CAIO VINICIUS LINS DE FIGUEIREDO SOUZA** , processo nº. 6064.2021/0000996-9 relativo a 15 (quinze) dias restantes do exercício de 2020 e 30 (trinta) dias do exercício de 2021.

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO, POR MEIO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS/ESTÁGIO DIVULGA OS ESTAGIÁRIOS CONTRATADOS E DESLIGADOS, BEM COMO OS TERMOS ADITIVOS DE CONTRATOS NO PERÍODO DE 01 A 30/06/2021, ATENDENDO AO INCISO VII DO ART. 23 DO DECRETO N.º 56.760/16:**

****

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**LICENÇA MÉDICA – REGIME RGPS**

Concedida, nos termos da Portaria 507/04 e Comunicado

01/05-DRH/SMG, aos servidores filiados ao regime RGPS:

R.F. NOME Duração A partir de

883.249.8 Adriana Silva Felizardo 01 21/06/2021

**DEFERIMENTO DE FÉRIAS**

****

**EDITAIS PAG. 40**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**DA DIVULGAÇÃO DO NÚMERO PARA O 2º**

**(SEGUNDO) SORTEIO – VAGAS REMANESCENTES.**

**PROCESSO SEI 8118.2021./0000346-9**

**EDITAL Nº09/ 2021**

PROCESSO SELETIVO DE CANDIDATOS PARA INGRESSO

NOS CURSOS OFERECIDOS PELA FUNDAÇÃO PAULISTANA DE

EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E CULTURA POR MEIO DA ESCOLA

MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SAÚDE PÚBLICA

“Prof. Makiguti”- NÚCLEO NORTE 1, NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO

– PRONATEC.

OBJETO: DA DIVULGAÇÃO DO NÚMERO PARA O 2º (SEGUNDO) SORTEIO – VAGAS REMANESCENTES.

Conforme item 6.1. , do edital N° 09/2021, para composição das possíveis vagas remanescentes e/ou de lista de espera, será realizado 2º (segundo) sorteio.; item 6.1.2., a lista de numeração dos (as) candidatos (as) aptos (as) para o 2º (segundo) sorteio será divulgado em 2 (duas) listas de acordo com o curso inscrito. a. Lista 1 (um): Números em ordem crescente dos (as) candidatos (as) aptos (as) para participação no 2º (segundo) sorteio para composição das possíveis vagas remanescentes e/ ou de lista de espera, que se inscreveram no curso de técnico em Farmácia, turma 001 e 002, período noturno;

Número Nome

1631 ADRIANA CRISTINA SANTOS JUNQUEIRA

1703 ADRIANA CRISTINA DIAS ROSENDO

1627 ADRIANI ROA SANTOS

1746 ALAN DOS SANTOS LUZ

1706 ALEXSSANDRA DOS SANTOS

1589 ALEYDA QUISPE ARAGON

1535 ALINE VANESSA DE OLIVEIRA ALVES

1626 AMANDA DOS SANTOS TELOLI

1687 AMANDA LOBATO DOS SANTOS

1584 AMANDA MOURA DE JESUS

1637 AMANDA SILVA DE ANDRADE

1681 ANA AMÁLIA FERREIRA DA SILVA

1594 ANA CAROLINA DE JESUS BARROS

1754 ANA DEISE DE CASTRO DE OLIVEIRA

1507 ANA KELLY GAMA SILVA COBRA

1661 ANA PAULA DA SILVA SANTIAGO

1730 ANDERSON DE OLIVEIRA ALMEIDA

1667 ANDERSON NICOLAU DA SILVA

1569 ANDREA DE SOUZA SANTOS

1672 ANDREIA FRANCISCA DE CARVALHO

1665 ANDRESSA DALTRO MACIEL

1571 ANDRESSA DE MELO GARÇON

1532 ANDRESSA SILVA ARAUJO JESUS

1649 ANDREZA FERREIRA DE GODOI

1531 ANGELICA DA SILVA DE OLIVEIRA

1716 ANGELICA SAORI KOMESU

1644 APARECIDA PADILHA LUCIO SOARES

1583 BEATRIZ DOS ANJOS NASCIMENTO

1732 BEATRIZ NASCIMENTO NEVES DA SILVA

1651 BETHÂNIA LAZZARETE SANTOS DA SILVA

1528 BIANCA MICHELE DA SILVA

1567 BRAZIMAR LOBO SANTOS

1547 BRUNA AMORIM DA SILVA

1718 BRUNA KEMILLY SANTOS GENARO

1578 BRUNA LUIZ QUEIROZ

1654 BRUNA MARYS OLIVEIRA DOS SANTOS

1643 BRUNO ADRIEL GONÇALVES PEREIRA

1701 BRUNO BARBOSA MENDES DE SOUSA

1518 CAMILA DE MARTINO LANA

1752 CAMILA DE SOUZA OLIVEIRA

1733 CAMILE VITORIA RIBEIRO DA SILVA

1750 CAROLINE BARBOSA DIAS

1697 CASSIA REGIANE DA SILVA SOARES

1577 CHRYSTIAN SENA INZERILLO VAZ

1588 CINTHIA TAVARES DINIZ

1682 CRISTIANE DOS SANTOS

1596 DANIEL MACEDO E SILVA

1557 DANIELA GARCIA TEIXEIRA ARAUJO

1634 DANIELA NUNES SILVA

1595 DANIELLA CHAGAS DA SILVA

1671 DANIELLE PHILLIPPS PEREIRA

1526 DANILA GABRIELA DO ESPÍRITO SANTO ARAUJO

1621 DAVI CANTANHEDE BRITO SANTANA

1523 DÉBORA MIRANDA CHAVES

1511 DENILSON DA SILVA

1519 DIANA ALENCAR DE ALMEIDA

1710 DIEGO DE LIMA OLIVEIRA

1533 DILCILENE CANGUSSU TEIXEIRA

1735 DONIZETE MARCOS DA CRUZ

1539 DOUGLAS RICARDO DE ALMEIDA SILVA

1563 EDILAINE DA CONCEIÇÃO CARVALHO

1573 EDILMA CORREIA DA SILVA

1545 EDIRANI MARIA SERAFIM DE LIMA

1560 ELAINE CRISTINA BARROS DOS SANTOS

1625 ELIANA HIPÓLITO DE FARIAS

1564 ELIANE SOARES DA SILVA

1712 ELIS REGINA FAGUNDES SANTOS TEIXEIRA

1728 ELISNALDA DA SILVA DE CARVALHO

1658 ELLISON GUILHERME GOMES

1741 EMERSON DOS SANTOS

1680 EMILLY NOGUEIRA DE OLIVEIRA

1598 ÉRICA RODRIGUES DOS SANTOS

1683 ERICA SANTOS DE SOUZA

1556 ERIK DA MOTA CAVALCANTE

1655 ERIKA DAS NEVES SOUZA FUSHIMI

1721 ESPEDITA RAYMUNDO DOS SANTOS

1669 ESTER DA SILVA MARTINS

1575 EVA MARIA DE ALMEIDA PERNAMBUCO SANTOS

1749 FABIANA APARECIDA MOREIRA

1652 FABIANA FERREIRA DE SANTANA

1580 FABIANA SILVA DO NASCIMENTO

1615 FABINE ANJOLETTO ALVES

1670 FÁBIULA CARVALHO SANTOS

1696 FERNANDA DOS SANTOS SENA

1508 FERNANDA FERREIRA DA SILVA

1538 FERNANDA SANTANA FIGUEIRÓ

1544 GABRIEL MESSIAS DOS SANTOS

1704 GABRIELA DA SILVA PAULINO

1591 GEISA CRISTINA TOMAZ SILVA

1585 GEOVANA SOUSA DREGER DA SILVA

1641 GEOVANNA SILVA SANTOS

1756 GILDO PEREIRA DE OLIVEIRA SOBRINHO

1636 GISELE FLAUSINA VITOR GONÇALVES

1542 GISLENE SANTOS DE LIMA

1501 GLAUCIA PEREIRA DA SILVA

1582 GLEICE MARIA DE OLIVEIRA

1633 GLEICIANE ALANE SILVA

1604 GLEICIANE APARECIDA SANTOS DE LIMA

1541 GRACE SANTOS QUEIROZ ALMEIDA

1668 GRAZIELA GOMES PEREIRA UNIVESP

1739 GRAZIELA JARANDYA

1537 GUILHERME FERREIRA DA SILVA

1616 GUILHERME NANTES

1620 HASSAN ANSELMO

1548 HEIDRYO PEREIRA GOMES

1530 HELLENE THAIS DE ALMEIDA AMARAL

1726 HELOÍSA COSTA MARTINS

1692 IARA CRISTINA RIBEIRO

1601 IASMIN CRISTINA SILVA DE BARROS

1570 INGRID SILVA GRAÇA

1558 ISABELA DOS ANJOS DE MELO

1736 ISABELA GUIMARAES DINIZ RIBEIRO

1729 ISADORA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA

1720 IZABEL MARIA PEREIRA DE JESUS CANOLA

1727 IZABEL NOVAIS DOS SANTOS

1608 JACIANE BISPO DE SOUZA SILVA

1568 JACKELINE SOUSA FERREIRA

1676 JANAÍNA PASTURINO LINS

1612 JANAINA PAULA DE SOUZA

1684 JANAINA SILVA OLIVEIRA

1551 JAQUELINE APARECIDA DE OLIVEIRA

1738 JEFFERSON MARCOS ALMEIDA SOUZA

1751 JENNIFER CRISTINA RODRIGUES DO NASCIMENTO

1522 JESSICA CRISTINA DE SOUZA SILVEIRA

1593 JESSICA DA SILVA RANGEL DE MORAES

1574 JÉSSICA LUZIA DE OLIVEIRA SANTOS

1586 JÉSSICA MACHADO DA SILVA

1630 JÉSSICA MORAIS PEREIRA

1576 JOICE CRISTINA MARIA DE JESUS

1675 JULIANA LUCENA DE MORAIS BONNER

1748 JULIANA MARTINS DA SILVA

1581 JULIANA OLIVETTO

1757 KAMILY MOREIRA

1659 KAREN FERREIRA DE OLIVEIRA

1515 KARINA BRAGA DA SILVA

1723 KARINA BRITO DA SILVA

1562 KARINA DA COSTA DANTAS DE OLIVEIRA

1674 KARINE FERREIRA DE OLIVEIRA

1714 KARINE SILVA SOARES

1762 KARLA FERREIRA SIQUEIRA

1509 KAROLINA GONÇALVES OLIVEIRA

1529 KATELYN SILVA SANTOS PEREIRA

1505 KATHLEEN RIBEIRO SANTOS

1517 KÁTIA REGINA GOMES

1628 KELLY APARECIDA WACYK

1513 KIMBERLY MILLENIA SCHULTZ DE SOUZA AZEVEDO

1656 LARISSA ANGELINA GRAVETTE SABINO

1521 LARISSA LUARA SILVA BEZERRA

1502 LARISSA TABATA DE FRANÇA

1524 LARYSSA MARINHO SANTIAGO

1536 LAYS FERREIRA DA SILVA

1561 LEONARDO ALVES DOS SANTOS

1698 LETÍCIA ÁGATA COMINI

1699 LETICIA AQUILINO BARBOSA

1650 LETÍCIA CRISTINA LEITE

1554 LETÍCIA FERREIRA DOS SANTOS

1619 LETICIA NOVAES TIBURCIO MEKARO

1647 LETÍCIA PEREIRA AGUIAR

1614 LIANDRA FERREIRA MARTINS DA SILVA

1708 LIDIANE ROCHA DOS SANTOS

1679 LIGIA RIBEIRO PAIVA

1717 LILIA KEUREN OLIVEIRA DA SILVA

1731 LILIAN FERREIRA ERDMANN

1709 LILIAN SANTANA JOAQUIM

1514 LIRIEL JENNYFFER LAUREANO DA SILVA

1534 LORRAINE DE ALMEIDA RAMOS LOPES

1592 LUCAS CABRAL DE MOURA

1742 LUCIANA ALVES DA SILVA

1603 LUCIANA AURELIANO DOS SANTOS

1600 LUCIANA JORDANO

1602 LUCIANA TEOTONIO PEREIRA

1657 LUCIANE MAGALI DA CRUZ

1691 LUCIANO CARDOSO TRANCOZO

1579 LUCILENE BATISTA DAS CHAGAS

1690 MAGALI CRUZ ALVES

1572 MAGALI DE OLIVEIRA SILVA

1707 MAGDA DA COSTA OLIVEIRA

1737 MARCELLY ROBERTA ORTIZ BARBOSA LUCENA

1673 MÁRCIA GURGEL BATALHA

1607 MARCO ANTÔNIO CARRASCO RIBEIRO

1744 MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA SILVA FILHA MORILHAS BATISTA

1678 MARIA ANGELA MARCELINO

1695 MARIA APARECIDA RODRIGUES

1613 MARIA DO CARMO DA SILVA

1700 MARIA EDUARDA BRITO DE JESUS

1688 MARIA ROSILENE PEREIRA DA

1724 MARIANE PEDRETTI

1540 MARIANNE PELLIZARI

1648 MATEUS SOUSA LOPES DA SILVA

1722 MAYARA KATHLYN BIZERRA

1646 MAYARA SOUZA GOBBI

1559 MELLANY GONÇALVES TAVARES

1566 MELYSSA GONÇALVES TAVARES

1605 MICHELE DA SILVA VIEIRA

1663 MICHELE DOS SANTOS SOUZA

1693 MICHELE SILVA DE SENA VICENTE

1715 MICHELI SANTOS DA SILVA

1685 NATHALY CRISTINA OLIVEIRA

1725 NATHALY VASTI MOREIRA ALMEIDA

1504 NAYLOR LIMA HENRIQUE

1611 NIVALDO BONANATA

1555 PALOMA ANGELICA MARTINS BOTELHO

1527 PALOMA BRITO DOS REIS

1662 PALOMA MARIANA DA LUZ

1660 PAMELA DE MELLO DA SILVA

1552 PAMELA DOS ANJOS SENE

1638 PAOLA CAROLINE TININI DA SILVA

1653 PATRICIA ALFREDO REIS

1597 PATRÍCIA FERNANDA

1640 PATRÍCIA RIBEIRO

1606 PATRICIA RIBEIRO DA SILVA BASTOS

1677 PAULA ARAUJO

1755 PRECILIANA DE SOUZA DA SILVA NASCIMENTO

1550 PRISCILA DOS SANTOS XAVIER

1617 PRISCILA SOUZA DOS SANTOS

1543 RAFAEL MACHADO SILVA

1610 RAISSA CAETANO DA SILVA

1609 RANYA CAETANO DA SILVA

1618 RAPHAEL DE OLIVEIRA LUCCA

1719 REGIANE DUTRA FONTES

1711 REGINALDO ALMEIDA SILVA DIAS

1632 RICARDO LUIZ DA SILVA

1734 RICARDO TEBALDI

1553 RITA DE CÁSSIA FERREIRA DA FONSECA

1565 RITA PEDROSA GOMES

1590 RODRIGO ADRIANO BAPTISTA

1506 ROMUALDO LUIZ DA SILVA

1549 ROSANGELA APARECIDA PEREIRA

1664 ROSELAYNE APARECIDA MENDES DE CAMPOS

1599 RUTHE ALBUQUERQUE DOS SANTOS

1694 SELENE DOS SANTOS GONÇALVES

1546 SÉRGIO MURILIO FERREIRA DA SILVA

1761 SILVANA MACHADO PEREIRA DA SILVA

1645 SILVANIA SOUSA DOS SANTOS

1503 STEFANY DE CONTI AVELAR

1760 STEPHANYE GOMES MORILHAS BATISTA

1512 SUELI ALMEIDA DA SILVA PEREIRA

1743 SULAMITA CALDEIRA DA SILVA

1747 TAINÁ FARIA LOPES RAMOS

1758 TALITA DA SILVA ARAÚJO

1624 TANIA CHAGAS ALVES SALES

1516 TANIA REGINA SCHULTZ DE SANTANA

1753 TATIANE JAMILA RODRIGUES DA SILVA

1622 TATIANE MESQUITA DE PAULA

1705 TATIANE ROSA DOS SANTOS FERNANDES

1713 TATIANE SEMIÃO CORRÊA

1702 THAIANY COSTA ALVES DOS SANTOS

1639 THAMIRES ASHILEY MARINHO MELO

1510 THAYNA DA CONCEIÇÃO DA SILVA

1587 THIAGO AUGUSTO PESSÔA FERRAZ

1759 VALDIGLEIDE DOS SANTOS NASCIMENTO

1642 VANESSA GONÇALVES DOS SANTOS SILVA

1635 VANESSA SILVA CAMPOS

1689 VANESSA SOUZA SANTANA

1629 VILMA REGINA FONTANA BORGES

1745 VIVIAN CARVALHO SILVA

1740 VIVIAN MACHADO PEREIRA

1520 VIVIANE

1686 WALLLISON SIQUEIRA VIEIRA MARTINS

1525 YARA TALITA DOS SANTOS BELO

1666 YASMIN FERREIRA ESPOSITO

1623 YASMIN VITÓRIA AMBROZIO DOS SANTOS

1763 WILLIAM PATRIK DOS SANTOS

b. Lista 2 (dois): Números em ordem crescente dos (as) candidatos (as) aptos (as) para participação no 2º (segundo) sorteio para composição das possíveis vagas remanescentes e/ ou de lista de espera, que se inscreveram no curso de técnico em Saúde Bucal, turma 003 e 004, período noturno;

Número Nome

2549 ADRIANA SOARES DA SILVA

2574 ALESSANDRA PEREIRA BATISTA

2577 ANA BEATRIZ PRADO DE SOUZA

2517 ANA PAULA JACOB SANTOS

2507 ANA PAULA MATTOS DA SILVA

2565 ANDERSON THAYAN DE OLIVEIRA BARBOSA

2585 ANDREA RAMOS NOVAIS DE OLIVEIRA

2573 ANDRÉIA FÉLIX GUEDES DE OLIVEIRA

2533 ANDRESSA MENEZES DE SOUZA

2543 ANDRESSA SIQUEIRA DE SOUSA

2578 ÁUREA PEREIRA GUEDES

2521 BEATRIZ BRITO ALVES

2508 BEATRIZ LEITE VASQUES

2523 BIANCA FERREIRA DE JESUS PIRES

2581 BRUNA VIEIRA

2552 CARLOS ALBERTO TORRES DOS SANTOS

2544 CÉLIA CARLA DIAS CARVALHO

2512 CHIRLEI SILVA SANTOS

2502 CLARA BEATRIZ SOUSA DE HOLANDA

2567 CLAUDIA APARECIDA BORGES

2509 CRISTIANE MENDONÇA ALVES

2538 DAIANE CRISTINA RODRIGUES JACINTO

2501 DANIELA LIMA DE SÁ REIS

2536 DANIELLE RIBEIRO DA SILVA

2559 DENISE SAMPAIO DA SILVA

2514 ELAINE DOS SANTOS HONÓRIO

2522 ELENI ARAUJO DE OLIVEIRA MIRANDA

2524 ELIAN NUNES DE MEDEIROS

2586 EVERTON FURTADO MARINHO

2516 FABIANA CAROLINE NASCIMENTO FLAUSINO

2545 FERNANDA RIBEIRO DIAS

2505 GABRIELA ALVES MACEDO SANTOS

2504 GIOVANA LAURINDO DE SOUZA

2576 GRACIELLE PRADO BARON

2532 HELENA LUCIA PESSOA

2515 HELOISA LIMA QUEIROZ

2539 ILMA ALVES RIBEIRO

2530 INGRID ANUNCIAÇÃO VELOSO

2557 ISABELLA DE SOUZA FRANCISCO

2511 ISADORA BEZERRA DE MELLO

2569 JAQUELINE APARECIDA PAULINO VIEIRA

2563 JAQUELINE CHAGAS DA SILVA

2541 JESSICA FERNANDA FERREIRA

2570 JESSICA PATRICIA DA SILVA

2546 JULIANA ANJOS LOUREIRO DA SILVA

2510 KELLY BERTOLA LEITE SINELLI

2519 KENNYA DE MORAES ABREU IGNACIO DA SILVA

2537 KEYLA OLIVEIRA SANTOS

2582 LARISSA CASTRO DE ALMEIDA

2535 LETICIA FERNANDA DE OLIVEIRA

2584 LETÍCIA NASCIMENTO VIEIRA AZEVEDO

2568 LILIANE CHAGAS DA SILVA

2540 LUCIMARA ARAUJO ANTÔNIO

2583 MARIA DE FÁTIMA LOIOLA DE ALMEIDA

2555 MARIA DOS REMÉDIOS DA SILVA GUILHERME

2579 MARIA LEIDE GOMES DA SILVA

2503 MARIANA NASCIMENTO DE FREITAS

2550 MARILDA FLAUSINA VITOR GONÇALVES

2526 MARILENE GAMA DA SILVA

2529 MARINA OLIVEIRA MOES LIMA

2553 MARTA MARCONDES

2561 MAYNE KETHLIN RODRIGUES DA SILVA

2571 MAYRA ALEJANDRA LENIS ROJAS

2587 MICHELE SILVA GOMES

2551 MIRIAM MARQUES MARTINS FARIA

2575 MÔNICA MENDONÇA MOITINHO

2558 NATÁLIA ALEXANDRE DA SILVA MOREIRA

2566 NELAINE GONÇALVES DA SILVA

2520 PAULA CECILIA DOS SANTOS

2513 RENATA OLIVEIRA ALEXANDRE DA SILVA

2506 ROSIELE MORAES DOS SANTOS DE SENA

2572 SANDRA TELES LIMA

2556 SARAH KLAEN

2527 SIMONE GONÇALVES DE OLIVEIRA

2525 SONIA LAUREANO

2580 SORAIA DOS SANTOS OLIVEIRA

2554 SUZELI SANTOS DE SOUSA

2560 TATIELLE BARBOSA SOUSA DA SILVA

2542 TAYARA NASCIMENTO MOREIRA DOS SANTOS OLIVEIRA

2534 THALITA APARECIDA OLIVEIRA SANTOS

2531 THAYANI BARBOSA DE ALMEIDA

2528 VAGNER PORTONI IAMATSUKA

2562 VANESSA SILVA DE LUCENA ALVES

2547 VERIDIANE OLIVEIRA DE SOUZA

2548 VITORIA FERREIRA DE SOUZA SILVA

2518 YASMIN MORAES ABREU IGNÁCIO DA SILVA

2564 ZORANNY MARIA SOUSA DA SILVA

2588 BÁRBARA MENEZES GALUPPO

Sem mais.

**LICITAÇÕES PAG. 51**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**SEI 8110.2021/0000357-4**

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA

ASSUNTO: Aquisição de WebCam, Pen Drive - 32 Gb , Pilhas

Recarregáveis e Carregador para Pilha Recarregavel de uso exclusivo para os Cursos do PRONATEC. Dispensa de licitação.

Possibilidade.

I – No uso das atribuições que me foram conferidas por lei e demais elementos constantes na Lei n° 13.278/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal n° 44.279/2003 e Decreto Municipal n° 54.102/2013, bem como em parecer exarado dos presentes autos, em especial a manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica desta Fundação (SEI 046787267) e com fundamento no artigo 24, inciso II, da Lei Federal n° 8666/93, AUTORIZO a contratação direta, pelo menor valor, das empresas ALEXANDRE FREIRE 26398657810, inscrita no CNPJ sob o nº 39.334.587/0001-00, pela aquisição de 06 unidades -Pen Drive Twist 32GB PD989 Multilaser - Marca: Multilaser - Modelo:

PD989 Especificações: - Capacidade 32 GB - Compatível Com

Windows 98 e Superiores/ Mac OS 9.0 e superiores - Taxa de

Transmissão de dados 15MB/s (gravação) e 50MB/s (leitura), pelo valor unitário de R$ 31,33 (trinta e um reais e trinta e três centavos), e valor total de R$ 187,98 (cento e oitenta e sete reais e noventa e oito centavos); a empresa DEISE APARECIDA CARTAGINEZZI KREITLOW 29105210879, inscrita no CNPJ sob o nº 39.499.554/0001-10, pela aquisição de 02 unidades Webcam 720P USB, lentes ópticas, O MIC digital integrado da Webcam com redução de ruído omnidirecional, Cor:Preta, Fio:

1,3m, Tipo de condução: Plug and Play, Tipo de Sensor: CMOS, Resoluçáo: '1280 x 720,Tipo de lnterface: Usb 2.0, Microfone Emburtido, pelo valor unitário de R$ 90,00 (noventa reais), e valor total de R$ 180,00 (cento e oitenta reais); a empresa CHARLES CONZATTI 06255122948, inscrita no CNPJ sob o nº 40.265.132/0001-60, pela aquisição de 24 unidades de pilha recarregavel, composição: níqual metal hidreto (nimh), tamanho pilha: palito, modelo: aaa, tensão: 1,5 v, capacidade corrente:

800 mah no valor de R$ 118,32 (cento e dezoito reais e trinta e dois centavos) e de 24 unidades de pilha recarregavel, tamanho pilha: pequena, modelo: aa, tensão: 1,2 v, capacidade corrente:

2000 mah. pelo valor de R$ 177,84 (cento e setenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), perfazendo o valor total de R$ 296,16 (duzentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos); e a empresa IGOR RAPHAEL GUIMARAES SOARES, inscrita no CNPJ sob o nº 30.398.587/0001-08, pela aquisição de 10 unidades carregador bateria, tipo: portátil, velocidade carga: rápida, tensão alimentação: 110 , 220 v, capacidade: 2 pilhas "aa"

(pequena) e 2 pilhas "aaa" (palito), características adicionais: recarregáveis, pelo valor unitário de R$ 33,10 (trinta e três reais e dez centavos), e valor total de R$ 331,00 (trezentos e trinta e um reais). O valor total das aquisições é de R$ 995,14 (novecentos e noventa e cinco reais e quatorze centavos).

II – Em consequência, fica autorizada a emissão da respectiva nota de empenho, liquidação e pagamento, onerando a dotação 80.10.12.363.3019.2.881.3.3.90.30.00.02 do presente exercício.

III – Fica indicado como fiscal o servidor Sr. Fabio França Coutinho – RF nº 883.148-3 e como Suplente o Sr. Plinio Barbosa Bronzeri, RF 883251-0

**CÂMARA MUNICIPAL PAG. 96**

**CÂMARA MUNICIPAL**

**Presidente: Milton Leite**

**GABINETE DO PRESIDENTE**

CÂMARA MUNICIPAL

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**

**SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E**

**REVISÃO - SGP-4**

**PROJETO APRESENTADO CONFORME O PRECEDENTE**

**REGIMENTAL Nº 1/2020, DISPENSADA A LEITURA NO PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE**

**PARECER Nº 593/2021 DA COMISSÃO DE**

**CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 249/20.**

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do nobre Vereador Rodrigo Goulart, que visa autorizar o Executivo a conferir tratamento diferenciado aos microempreendedores individuais e às microempresas no que concerne a isenção, suspensão e adiamento do vencimento dos tributos e taxas municipais, e outras medidas excepcionais em razão do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19.

De acordo com a justificativa, a propositura possui o escopo de oferecer apoio financeiro às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais da cidade de São Paulo, de maneira a minimizar os efeitos negativos causados pela pandemia de COVID-19 sobre a economia municipal.

Com efeito, é cediço que a situação da pandemia de COVID-19 consiste em gigantesco desafio mundial que, para ser enfrentado, demanda um grande esforço conjunto dos Poderes constituídos, das autoridades e da sociedade, exigindo novas formas de atuação e adaptações em várias áreas.

Nesse diapasão a propositura pretende instituir uma série de benefícios ao Microempreendedor Individual (MEI), ao Microempresário - ME e à Empresa de Pequeno Porte. Vejamos:

Com relação ao Microempreendedor individual (MEI) a propositura pretende autorizar o tratamento diferenciado na seguinte conformidade: i. isenção por 12 meses do ISS, cobrado juntamente com o DAS MEI; ii. redirecionamento de verbas orçamentárias da **ADESAMPA** para utilização em programa de apoio financeiro emergencial aos microempreendedores com o repasse individual de R$ 150,00 no período de 6 meses para os microempreendedores individuais que não se qualificarem ao recebimento do auxílio emergencial do governo federal; iii. efetuação de levantamento das necessidades de contratação de serviços nos órgãos municipais e atendimento dessa demanda por meio de microempreendedores individuais; iv. redirecionamento de verbas orçamentárias ao programa de apoio financeiro emergencial aos microempreendedores individuais para fomento de negócio.

Com relação às Microempresas e Empresas de Pequeno

Porte, a propositura faz um escalonamento em função de seu faturamento anual propondo, com alíquotas diferenciadas, as seguintes medidas: i. isentar do pagamento do IPTU do imóvel locado ou próprio; ii. isentar de parte do pagamento do ISS, incluso no DAS do Simples Nacional; iii. isentar de parte do pagamento do ISS os prestadores de serviços não optantes pelo Simples nacional; iv. isentar da cobrança da Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos - TFE, da Taxa do lixo; v. determinar a não aplicação de multas por atraso na entrega de obrigações acessórias; vi. suspender a inscrição na dívida ativa; vii. Criação de programa de regularização de débito com prazo para pagamento em 24 meses, com correção pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Sob o aspecto jurídico, na forma do Substitutivo apresentado ao final, o projeto reúne condições para prosseguir em tramitação, por versar sobre normas de natureza tributária, inseridas na competência legislativa do Município, nos termos do art. 30, I, e III, da Constituição Federal, e dos artigos 13, I e III, da Lei Orgânica do Município.

Com efeito, conforme entendimento jurisprudencial já consolidado, a iniciativa do processo legislativo em matéria tributária pertence concorrentemente ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo e não poderia ser diferente já que a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa e, por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.

Ressalte-se ainda que o Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento nesse sentido, consoante Tese 682 de repercussão geral:

Inexiste, na Constituição Federal de 1988, reserva de iniciativa para leis de natureza tributária, inclusive para as que concedem renúncia fiscal.

Sob o aspecto de fundo, cumpre observar que a propositura encontra fundamento no art. 179 da CF que preconiza que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

Dessa forma, não se vislumbra óbice para que projeto de lei de iniciativa parlamentar, uma vez convertido em lei, conceda isenção dos tributos que especifica aos microempreendedores, microempresas e empresas de pequeno porte que tiveram suas atividades interrompidas ou reduzidas em decorrência de medidas sanitárias impostas no contexto da pandemia de

COVID-19.

Cumpre observar que as normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte encontram-se disciplinadas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 que instituiu um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive das obrigações acessórias (art. 1º, inciso I).

A definição de microempresa e empresa de pequeno porte é trazida pelo art. 3º da citada Lei Complementar 123, de 2006, e o seu enquadramento em uma outra categoria, observados os demais requisitos legais, é feito com base na receita bruta de cada ano-calendário.

De outro lado, a figura do Microempreendedor Individual - MEI foi trazida ao ordenamento jurídico com a edição da Lei

Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008 que acresce art. 18-A à Lei Complementar nº 123, de 2006, conceituando como MEI o empresário individual que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, consideradas as frações dos meses como um mês inteiro, de até R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), ressaltando que o valor atualizado para o enquadramento como MEI hoje é de R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais).

No entanto, afastado o vício de iniciativa, precisa ser enfrentada a questão no que se refere a forma de recolhimento do ISS pelo microempreendedor individual - MEI , microempresa - ME ou empresa de pequeno porte, optantes pelo Simples Nacional.

Nos termos dos arts. 12 e 13 da Lei Complementar 123, de 2006, o Simples Nacional se constitui em um Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte.

O art. 18 da Lei Complementar 123, de 2006, ao dispor sobre o valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, assim estabelece:

"Art. 18. O valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional será determinado mediante a aplicação de alíquotas efetivas, calculadas a partir das alíquotas nominais constantes das tabelas dos Anexos I a V desta Lei Complementar, sobre a base de cálculo de que trata o § 3º deste artigo, observado o disposto no § 15 do art. 3º. (...)

§ 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito das respectivas competências, poderão estabelecer, na forma definida pelo Comitê Gestor, independentemente da receita bruta recebida no mês pelo contribuinte, valores fixos mensais para o recolhimento do ICMS e do ISS devido por microempresa que aufira receita bruta, no ano-calendário anterior, de até o limite máximo previsto na segunda faixa de receitas brutas anuais constantes dos Anexos I a VI, ficando a microempresa sujeita a esses valores durante todo o ano-calendário, ressalvado o disposto no § 18-A.

§ 18-A. A microempresa que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta prevista no § 18 fica impedida de recolher o ICMS ou o ISS pela sistemática de valor fixo, a partir do mês subsequente à ocorrência do excesso, sujeitando-se à apuração desses tributos na forma das demais empresas optantes pelo Simples Nacional.

§ 19. Os valores estabelecidos no §18 deste artigo não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) do maior recolhimento possível do tributo para a faixa de enquadramento prevista na tabela do caput deste artigo, respeitados os acréscimos decorrentes do tipo de atividade da empresa estabelecidos no § 5º deste artigo.

§ 20. Na hipótese em que o Estado, o Município ou o Distrito Federal concedam isenção ou redução de ICMS ou do ISS devido por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou ainda determine recolhimento de valor fixo para esses tributos, na forma do § 18 deste artigo, será realizada redução proporcional ou ajuste do valor a ser recolhido, na forma definida em resolução do Comitê Gestor.

§ 20-A. A concessão dos benefícios de que trata o § 20 deste artigo poderá ser realizada:

I - mediante deliberação exclusiva e unilateral do Estado, do Distrito Federal ou do Município concedente;

II - de modo diferenciado para cada ramo de atividade.

§ 20-B (...)

§ 21. O valor a ser recolhido na forma do disposto no § 20 deste artigo, exclusivamente na hipótese de isenção, não integrará o montante a ser partilhado com o respectivo Município, Estado ou Distrito Federal.

(...)"

Do supra exposto destacamos os parágrafos 18 e 20 que enunciam a possibilidade de os Municípios estabelecerem valor fixo mensal para recolhimento do ISS e que em hipótese de eventual concessão de isenção ou redução de ICMS ou do ISS, será realizada redução proporcional ou ajuste do valor a ser recolhido, na forma definida em resolução do Comitê Gestor.

Assim, não obstante o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições instituído pelo Simples Nacional, não há óbice a que o Município, no exercício de sua autonomia legislativa, legisle sobre tributos de sua competência.

Nesse sentido já se pronunciou o C. Superior Tribunal de Justiça:

"Qualquer interpretação no sentido de que a Lei Complementar 123/2006 revogou integralmente a legislação de todos

os entes municipais seria de duvidosa constitucionalidade, uma vez que o Simples Nacional constitui regime diferenciado de arrecadação, cobrança e fiscalização, destinado a apenas desburocratizar a tributação das microempresas e empresas de pequeno porte, e não a autorizar que a União se sobreponha à competência tributária dos Estados-membros, Distrito Federal e Municípios..." (grifei REsp nº 1.729.218 SP v.u. DJ-e 19.11.18 Rel. Min. HERMAN BENJAMIN).

Outrossim, é de se registrar que os requisitos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/00, para a regularidade da renúncia fiscal, são atenuados em relação às ações do Poder Público inseridas no contexto de combate à pandemia de COVID-19. Nesses termos, o Decreto Legislativo nº 2.494, de 30 de março de 2020, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que reconheceu o estado de calamidade pública no Município de São Paulo até 31 de dezembro de 2020, incidindo, pois, o artigo 65 da LRF, que dispõe:

Art. 65. Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação:

I - serão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas nos arts. 23 , 31 e 70;

II - serão dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9o. § 1º Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, nos termos de decreto legislativo, em parte ou na integralidade do território nacional e enquanto perdurar a situação, além do previsto nos inciso I e II do caput: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

I - serão dispensados os limites, condições e demais restrições aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos

Municípios, bem como sua verificação, para: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

a) contratação e aditamento de operações de crédito; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) concessão de garantias; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

c) contratação entre entes da Federação; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

d) recebimento de transferências voluntárias; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II - serão dispensados os limites e afastadas as vedações e sanções previstas e decorrentes dos arts. 35, 37 e 42, bem como será dispensado o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 8º desta Lei Complementar, desde que os recursos arrecadados sejam destinados ao combate à calamidade pública;

(Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

III - serão afastadas as condições e as vedações previstas nos arts. 14, 16 e 17 desta Lei Complementar, desde que o incentivo ou benefício e a criação ou o aumento da despesa sejam destinados ao combate à calamidade pública.

Vale registrar, ainda, que no mês de março de 2020 houve a concessão de medida cautelar pelo STF (ADI nº 6357) concedendo interpretação conforme à Constituição Federal aos artigos 14, 16, 17 e 24 da Lei de Responsabilidade Fiscal, para, durante a emergência em Saúde Pública de importância nacional e o estado de calamidade pública decorrente de COVID-19, afastar a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à criação/expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento do contexto de calamidade gerado pela disseminação de COVID-19. Referida cautelar foi referendada em julgamento definitivo do STF, em maio de 2020, após a promulgação da Emenda Constitucional nº 106/2020, que excepcionou a aplicabilidade de tais dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos termos de seu art. 3º:

Art. 3º Desde que não impliquem despesa permanente, as proposições legislativas e os atos do Poder Executivo com propósito exclusivo de enfrentar a calamidade e suas consequências sociais e econômicas, com vigência e efeitos restritos à sua duração, ficam dispensados da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa e à concessão ou à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

Por fim, cumpre observar, ainda, que relativamente ao ISS há vedação à concessão de isenção total. A Constituição

Federal prevê de modo expresso a necessidade de alíquota mínima para referido tributo e estabeleceu no art. 88 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 37/02, em 2% a referida alíquota para vigorar até a edição de lei complementar. A Lei Complementar nº 157/06, por sua vez, tratou do tema introduzindo o art. 8º-A na Lei Complementar nº 116/03, fixando a alíquota mínima no mesmo patamar de 2% e, ainda, introduziu alteração na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), passando a constituir ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o caput e o § 1º do art. 8º-A da LC n°

116/03. In verbis:

"Art. 8º-A. A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar.

§ 2º É nula a lei ou o ato do Município ou do Distrito Federal que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)

§ 3º A nulidade a que se refere o § 2o deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município ou o Distrito Federal que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula".

"Art. 10-A. Constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o caput e o § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003".

Assim, especificamente quanto à isenção de ISS, conclui-se não ser possível a sua isenção total e, mesmo a isenção nos percentuais preconizados pela propositura, deverão ser objeto de análise pela D. Comissão de mérito competente a fim de verificar a sua compatibilidade com o disposto na citada LC 116, de 2003.

Durante a tramitação do projeto deverão ser realizadas duas audiências públicas em atenção ao disposto no art. 41, V, da Lei Orgânica do Município.

Para ser aprovado o projeto dependerá de voto favorável da maioria absoluta dos membros desta Casa, nos termos do art. 40, § 3º, I, do mesmo diploma legal.

Não obstante, é necessária a apresentação de Substitutivo a fim de (i) retirar da proposta o seu caráter autorizativo, vez que os Vereadores possuem iniciativa legislativa em matéria tributária; ii) suprimir dispositivos que autorizam o Executivo a efetuar o redirecionamento de verbas orçamentárias para a criação de auxílio financeiro, vez que compete ao Executivo, por força do art. 70, inciso VI da LOM, administrar as receitas do município, ressaltando que o caráter autorizativo não suprime a ilegalidade da norma, consoante consolidado entendimento jurisprudencial e o Precedente Regimental nº 02/93; (iii) adequar o texto da propositura às nomenclaturas trazidas pela Lei Complementar 123, de 2006, uma vez que as empresas com faturamento acima de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) são classificadas como empresas de pequeno porte;

iv) acrescentar percentual de isenção do ISS para o microempreendedor individual, uma vez que não é permitida a isenção total do tributo; v) adequar a terminologia no que se refere ao

Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, uma vez que o seu lançamento se dá todo o dia 1º de janeiro e, assim, versa o projeto sob hipótese de remissão tributária e não de isenção; vi) adequar a proposta à técnica legislativa prevista pela Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Ante o exposto, na forma do Substitutivo que segue, somos PELA LEGALIDADE, sem prejuízo de demais adequações que se possam fazer necessárias pelas D. Comissões de Mérito.

**SUBSTITUTIVO Nº DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,**

**JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA AO PROJETO DE LEI**

**Nº 0249/2020.**

Dispõe sobre a concessão de benefícios tributários ao microempreendedor individual -MEI, às microempresas - ME e

às empresas de pequeno porte, em decorrência das limitações impostas pela pandemia de COVID-19.

A Câmara Municipal de São Paulo D E C R E T A :

Art.1º Dispõe sobre a concessão de benefícios tributários ao microempreendedor individual - MEI, às microempresas - ME

e às empresas de pequeno porte, em decorrência das limitações impostas pela pandemia de COVID-19.

Art. 2º Aos microempreendedores individuais, às microempresas e às empresas de pequeno porte serão concedidos os seguintes benefícios:

I - Microempreendedor Individual - MEI:

a) Isenção por 12 (doze) meses de 80% (oitenta por cento) do ISS - Imposto Sobre Serviços cobrado juntamente com a guia DAS MEI, respeitada a Lei Complementar Federal 157, de 2006.

II - Microempresa - ME com faturamento anual de até R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais por ano):

a) Remissão por 6 (seis) meses do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano para imóveis locados ou próprios;

b) Isenção por 6 (seis) meses de 30% (trinta por cento) do ISS - Imposto Sobre Serviço incluso no DAS do Simples nacional;

c) Isenção por 6 (seis) meses de 30% (trinta por cento) do ISS - Imposto Sobre Serviço para prestadores de serviços não optantes pelo Simples Nacional;

d) Isenção da cobrança da Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE e da Taxa de Fiscalização de Anúncios - TFA do ano de 2020;

e) Isenção da cobrança da Taxa de Resíduos Sólidos – TRSS por 6 (seis) meses;

f) Não aplicação de multas por atraso na entrega de obrigações acessórias por 6 (seis) meses;

g) Suspensão, pelo prazo de 12 (doze) meses, de inscrição em Dívida Ativa de débitos perante o Município de São Paulo, salvo aqueles que possam prescrever durante este período.

III - Empresa de pequeno porte com faturamento anual entre R$ 360.000,01 (trezentos e sessenta mil reais e um centavo por ano) à R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais):

a) Remissão por 4 (quatro) meses do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano para imóveis locados ou próprios;

b) Isenção por 4 (quatro) meses de 25% (vinte e cinco por cento) do ISS - Imposto Sobre Serviço incluso no DAS do

Simples nacional;

c) Isenção por 4 (quatro) meses de 25% (vinte e cinco por

cento) do ISS - Imposto Sobre Serviço para prestadores de serviços não optantes pelo Simples Nacional;

d) Isenção da cobrança da Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE, da Taxa de Fiscalização de Anúncios - TFA e da

TLIF - Taxa de Localização, Instalação e Funcionamento do ano de 2020;

e) Isenção da cobrança da Taxa de Resíduos Sólidos – TRSS por 4 (quatro) meses;

f) Não aplicação de multas por atraso na entrega de obrigações acessórias por 6 (seis) meses;

g) Suspensão, pelo prazo de 12 (doze) meses, de inscrição em Dívida Ativa de débitos perante o Município de São Paulo, salvo aqueles que possam prescrever durante este período.

IV - Empresa de pequeno porte com faturamento anual entre R$ 1.200.000,01 (um milhão e duzentos mil reais e um centavo) à R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) por ano:

a) Remissão por 3 (três) meses do IPTU - Imposto Predial e

Territorial Urbano para imóveis locados ou próprios;

b) Isenção por 3 (três) meses de 20% (vinte por cento) do

ISS - Imposto Sobre Serviço incluso no DAS do Simples nacional;

c) Postergação por 4 (quatro) meses de 20% (vinte por cento) do ISS - Imposto Sobre Serviço para prestadores de serviços não optantes pelo Simples Nacional;

d) Isenção da cobrança da Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE, da Taxa de Fiscalização de Anúncios - TFA e da TLIF - Taxa de Localização, Instalação e Funcionamento do ano de 2020;

e) Isenção da cobrança da Taxa de Resíduos Sólidos – TRSS por 3 (três) meses;

f) Não aplicação de multas por atraso na entrega de obrigações acessórias por 6 (seis) meses;

g) Suspensão, pelo prazo de 12 (doze) meses, de inscrição em Dívida Ativa de débitos perante o Município de São Paulo, salvo aqueles que possam prescrever durante este período.

V - Empresa de pequeno porte com faturamento anual entre R$ 2.400.000,01 (dois milhões e quatrocentos mil reais e um centavo) à R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) por ano:

a) Remissão por 2 (dois) meses do IPTU - Imposto Predial e

Territorial Urbano para imóveis locados ou próprios;

b) Isenção por 2 (dois) meses de 10% (dez por cento) do ISS - Imposto Sobre Serviço incluso no DAS do Simples nacional;

c) Postergação por 2 (dois) meses de 10% (dez por cento) do ISS - Imposto Sobre Serviço para prestadores de serviços não optantes pelo Simples Nacional;

d) Isenção da cobrança da Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE, da Taxa de Fiscalização de Anúncios - TFA e da TLIF - Taxa de Localização, Instalação e Funcionamento do ano de 2020;

e) Isenção da cobrança da Taxa de Resíduos Sólidos – TRSS por 3 (três) meses;

f) Não aplicação de multas por atraso na entrega de obrigações acessórias por 6 (seis) meses;

g) Suspensão, pelo prazo de 12 (doze) meses, de inscrição em Dívida Ativa de débitos perante o Município de São Paulo, salvo aqueles que possam prescrever durante este período Art. 3° O Poder Executivo regulamentará a presente lei, conferindo ampla divulgação aos procedimentos administrativos necessários à efetivação do benefício fiscal.

Art. 4° Os benefícios tratados por esta lei apenas poderão ser concedidos enquanto perdurar a situação de emergência decorrente da pandemia de COVID-19.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, em 30/06/2021.

Carlos Bezerra Jr. (PSDB) - Presidente

Alessandro Guedes (PT)

Faria de Sá (PP)

Gilberto Nascimento (PSC)

Professor Toninho Vespoli (PSOL)

Rubinho Nunes (PSL) - Relator

Sandra Tadeu (DEM)

Sansão Pereira (REPUBLICANOS)

Thammy Miranda (PL)